

## RELATÓRIO DA AUDIÇÃO PÚBLICA SOBRE A OPERAÇÃO INTEGRADA DE ENTRECAMPOS

### 1) Introdução

Em 7 de Junho de 2018, a Assembleia Municipal de Lisboa organizou uma Audição Pública sobre a designada “Operação Integrada de Entrecampos”.

A sessão foi moderada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício, o Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, com o apoio da Senhora Deputada Municipal Irene Lopes, Presidente da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização, e o Senhor Deputado Municipal Diogo Moura, Secretário da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais.

Foram nomeados para relatores da audição pública o Senhor Deputado Municipal Miguel Gama, Presidente da 3ª Comissão Permanente de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais, e o Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, Secretário da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização.

### 2) Apresentação feita pela Câmara Municipal de Lisboa

O Senhor Vereador Manuel Salgado iniciou a sua intervenção, com uma apresentação em *PowerPoint*, que se anexa a este relatório.

No decorrer da apresentação o Senhor Vereador começou por explicar o porquê de uma Operação Integrada, prendendo-se tal com o facto de se propor uma intervenção com vários usos; o uso do comércio, dos serviços, da habitação, em renda acessível e em mercado livre, e equipamentos sociais.

Referiu ainda que existem vários terrenos:

- O terreno da antiga Feira Popular que foi objecto de uma hasta pública há 2 anos atrás e, para o qual, em 2015, foi feita uma proposta aprovada pela Assembleia Municipal, que fixava a edificabilidade para o terreno em 143.700 metros quadrados acima do solo, não fixando a edificabilidade abaixo do solo.
- O terreno da Avenida Álvaro Pais.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. \_\_\_\_\_  
ENT 310 AML 18  
DATA 2018/06/15  
Juss Rosa

- O loteamento da Avenida das Forças Armadas com 2 blocos já construídos, e com 113 mil metros quadrados destinados a equipamentos, habitação e escritórios.

E que o que a Câmara está a propor é que os escritórios fiquem concentrados nos terrenos da antiga Feira Popular, ficando a habitação na zona da EPUL.

Afirmou ainda que sendo Entrecampos uma zona muito bem servida de transportes, com o cruzamento de várias linhas ferroviárias, havendo inclusive um projecto para que a linha de Cascais venha a ter paragem em Entrecampos, com a presença do Metro e de um grande número de carreiras de autocarros da Carris, fazia todo o sentido concentrar naquela zona uma área de Serviços, nomeadamente tendo em conta que entram cerca de 500 mil pessoas por dia na Cidade.

Explicou ainda que um conjunto de edifícios que hoje estão ocupados por serviços da Segurança Social irão, no âmbito de um acordo entre o Município de Lisboa e a Segurança Social, voltar à sua função original de habitação, transferindo esses serviços para um edifício que foi adquirido pela Segurança Social, na esquina da Avenida de Berna com a Avenida 5 de Outubro.

De seguida referiu que existirão dois tipos de intervenções: as operações a serem promovidas por iniciativa pública e as operações que serão de iniciativa privada. Explicitou que as de iniciativa pública serão as obras de urbanização, incluindo a parte dos espaços verdes que são propostos, serão a reabilitação dos arruamentos na envolvente, a construção no loteamento das Forças Armadas da habitação de renda acessível, a reabilitação dos edifícios da Segurança Social na Avenida da República para integrar no Programa de Renda Acessível, a construção dos equipamentos sociais no lote da Avenida das Forças Armadas, no âmbito do programa que se estabeleceu com a Santa Casa da Misericórdia para os Centros Intergeracionais (creches, lar de idosos, centro de cuidados continuados e jardim-de-infância) e todos os espaços verdes.

Em termos de intervenção privada, ter-se-á comércio, escritórios e serviços e numa parcela mais a Norte, junto às Forças Armadas, de habitação e comércio.

Existem também diversos estacionamento previstos, inclusive em subsolo.

Referiu ainda estar previsto um espaço cultural no loteamento das Forças Armadas e um espaço de memória do Teatro Vasco Santana.

Por último, informou que a Câmara adoptou as mesmas percentagens que foram aprovadas pela Assembleia Municipal, em 2015, seja quanto aos usos, seja quanto às exigências de espaço verde permeável e do espaço público.

Finda a intervenção, foi exibido um filme sobre a Operação Integrada de Entrecampos.

### **3) Período de Intervenção do Público:**

#### **a. A Senhora Isabel Maria Laureano Varão:**

No uso da palavra a Senhora Isabel Maria Laureano Varão referiu que:

- Nenhuma construção de habitação nos terrenos da antiga Feira Popular será de iniciativa camarária, o que lhe parece negativo;
- Gostaria de pedir ao vereador responsável que definisse o que é renda acessível;
- Gostaria de saber se o jardim-de-infância dos equipamentos sociais estará inserido nalgum plano que se sujeite à Carta Educativa de Lisboa;
- Gostaria de saber, apesar de já ter sido respondido, quem é que iria gerir os apoios à Terceira Idade, e com que dinheiro, se com o dinheiro da Santa Casa ou com uma participação forte da Câmara Municipal de Lisboa;
- Gostaria de ver esclarecido o que é a infra-estrutura de logística urbana de apoio ao comércio e serviços das Avenidas Novas;
- Gostaria que a Câmara esclarecesse a localização do parque de estacionamento sob a Avenida de 5 de Outubro e sua eventual concessão;
- Questionou se uma unidade de execução do projecto não seria uma espécie de carta-branca para as operações urbanísticas;
- Referiu a necessidade de ter um novo polo de centros de saúde, ou de unidade de Saúde Familiar;
- Por último questionou se relativamente ao estacionamento considerado no projecto, estará prevista uma forma de utilização pública a preços moderados para a população residente que tem sido prejudicada com o eixo-central e com os trabalhos do Metro.

#### **b. O Senhor João Pedro Dionísio:**

No uso da palavra, o Senhor João Pedro Dionísio começou por referir que vive e trabalha em Lisboa, na zona de Entrecampos e Forças Armadas, fazendo parte da Direcção da

Associação de Moradores e Lojistas da Praça de Entrecampos. Esclareceu ainda que não pertencia a nenhum partido político.

Felicitou a Câmara pelo projecto, referindo que a Praça de Entrecampos tem estado ao abandono, existindo pequenas situações que só foram corrigidas devido a terem ganho o Orçamento Participativo. Deu ainda como exemplos o facto de a CML não se fazer representar nas Assembleias de Condomínio, quando representa 9% dos votos, de as lojas estarem vazias e de os empresários não as conseguirem alugar, ficando todos a perder.

Perguntou ainda o que significa rendas a custos acessíveis, manifestando a preocupação dos moradores pela criação de um novo “Gemini” na zona, referindo-se à insegurança e ao bairro social que lhe está próximo.

A concluir referiu que os moradores pretendem respostas e clarificação para que não se crie mais um bairro degradado.

#### **c. O Senhor Pedro Guerra**

No uso da palavra, o Senhor Pedro Guerra saudou a CML pelo projecto bastante completo, mas suscitou dúvidas quanto aos prazos de conclusão, nomeadamente das habitações de renda acessível.

De seguida e em relação à habitação, questionou o que era a PACA, e qual dos programas seria concretizado: PACA ou Renda Acessível.

Perguntou se o projecto da residência universitária prevista no cruzamento das Forças Armadas se iria ou não manter.

A terminar, sugeriu que além da memória do Teatro Vasco Santana, também fosse preservada a memória da Feira Popular.

#### **d. O Senhor Rui Barbosa**

No uso da palavra, o Senhor Rui Barbosa afirmou que falava em representação dos Vizinhos das Avenidas Novas – Associação de Moradores, e deu os parabéns à Assembleia Municipal e à Câmara pela sessão, mas principalmente à CML por ter a coragem de propor um projecto para aquela zona. Esperavam ainda, enquanto moradores, poder ter uma palavra a dizer sobre alguns aspectos da operação.

De seguida colocou um conjunto de questões:

- Qual a calendarização macro da Operação;
- Qual a razão primordial que levou a Câmara Municipal a não concluir o anterior projecto da EPUL;
- Qual a razão para, no lote 6 da EPUL, prever a reconversão de serviços para habitação, demonstrando a necessidade de habitação na zona, e na antiga Feira Popular a componente habitacional ser tão reduzida;
- Saudando o envolvimento da Santa Casa, questionou a decisão de substituir a residência universitária por habitação de renda acessível;
- Perguntou se não se deveria prever a inclusão de um Centro de Saúde (ou uma extensão do actual) como parte dos equipamentos sociais a implementar, dado o Centro de Saúde de Sete Rios servir já 70.000 utentes;
- Perguntou o que iria ser feito para evitar que os fogos colocados no Programa de Renda Acessível não tivessem como destino o seu aluguer em regime de Alojamento Local? E qual o mix de tipologias a disponibilizar neste programa;
- Relativamente ao comércio de rua, questionou como se pretendia evitar que, numa zona com tão grande número de novos escritórios e novos postos de trabalho, o comércio não se resumisse a novos restaurantes;
- Em matéria de estacionamento, questionou a opção pelas quotas mínimas estabelecidas no PDM, e se existirão, nestes lugares, avenças a preços especiais para moradores;
- A terminar, perguntou como iria concretizar a memória do Teatro Vasco Santana, e solicitou a preservação da memória do Mercado Geral de Gado.

#### **e. O Senhor Tiago Marques**

No uso da palavra o Senhor Tiago Marques, e em nome da Associação de Moradores e Lojistas da Praça de Entrecampos (AMPRE), da qual faz parte, saudou o projecto bem como a realização da audição pública.

Referiu que os moradores acolheram bem a Operação Integrada de Entrecampos, que permitirá concluir o projecto que tem estado parado, lamentando no entanto apenas terem sabido das coisas pela comunicação social.

Apelou à Câmara para que garantisse uma construção semelhante à já existente na Praça de Entrecampos.

Manifestou preocupação pela falta de estacionamento público, pela circulação à volta da Praça de Entrecampos que considera já ser caótica, sugerindo à Câmara a realização de um estudo de tráfego.

A terminar, referiu que a AMPRE pretende ser uma voz activa e supervisora neste projecto.

**f. O Senhor José Carlos Guinote**

No uso da palavra, o Senhor José Carlos Guinote, referiu ser morador em Entrecampos, e estar ali enquanto cidadão. Saudou a Câmara pela iniciativa e pelo projecto, designadamente no que respeita aos diversos usos previstos, por forma a ajudar a resolver o problema da habitação. Congratulou-se por ser a CML a liderar o processo de urbanização.

Questionou se o número de casas e a mistura de usos prevista não ficaria aquém das expectativas, e levantou a questão do congestionamento da circulação na zona, que considera já insuportável, e que só poderá piorar com mais 15 mil postos de trabalho. Em função disso questionou a Câmara no sentido de saber se esta estaria disponível para fazer uma alteração de usos, reforçando a habitação em detrimento dos serviços.

Em matéria de habitação, defendeu que além dos 700 fogos de renda acessível, a Câmara deveria promover construção de habitação a custos controlados para venda.

**g. A Senhora Teresa Sá e Melo**

No uso da palavra, a Senhora Teresa Sá e Melo agradeceu à Assembleia pela iniciativa.

Referiu de seguida ser contra o Projecto de Entrecampos, sugerindo que os escritórios previstos no projecto fossem antes para Marvila, defendendo que nos antigos terrenos da Feira Popular deveria ficar um lugar de lazer, em vez de um grande volume de prédios para escritórios.

Afirmou que a Câmara só estava interessada em escritórios, para assegurar ganhos financeiros que lhe permitissem fazer face ao contencioso com a Bragaparkes e eventuais condenações.

A terminar pediu que o espaço da antiga Feira Popular ficasse como espaço de lazer da população de Lisboa.



#### **h. O Senhor Eduardo Mimoso**

No uso da palavra o Senhor Eduardo Mimoso começou por saudar a iniciativa, referindo que estava ali como munícipe que vive e trabalha em Lisboa.

Deixou de seguida as seguintes questões:

- Relativamente à estética dos edifícios, questionou se o vidro transparente iria ser imposto ou se seria livre. Caso fosse imposto, perguntou como se resolveria o problema da climatização no Verão.
- No que respeita a altura dos edifícios sugeriu que se limitasse a 10 pisos e não 14, pois é o que se encontra na zona envolvente e daria um impacto visual menor.
- Por último referiu que o projecto deveria obedecer a uma estética em que os portugueses se reconhecessem, uma estética de Lisboa, não correspondendo os edifícios de vidro a essa estética.

#### **i. O Senhor Luís Paisana**

No uso da palavra, o Senhor Luís Paisana começou por dar os parabéns pela audição, referindo que fazia parte da Associação de Moradores da Freguesia da Misericórdia e da FAMALIS: Federação de Associações de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa.

Elogiou a Câmara por lançar o projecto, e terminar com a situação de abandono em que se encontra aquele espaço.

Referiu que a sua grande preocupação que é a questão da mobilidade, dado que a zona já está sobrecarregada. O estacionamento também constitui uma problemática uma vez que se fala de 1.800 lugares para 15 mil postos de trabalho e Lisboa está em quase todo o centro parada, com horas de ponta permanentes.

Enunciou ainda como preocupações a questão da calendarização e a questão da segurança e do problema do Gemini.

A terminar, abordou o problema da habitação, dizendo que as 700 casas para a renda acessível são de louvar, mas não resolvem o problema de fundo e enunciou estudos que dizem que daqui a uns anos a população residente será inferior a 500 mil. Em termos de comércio perguntou ainda que tipo de comércio se iria ter, se um mais para o dia ou se pelo contrário seria um comércio para quem vive na Cidade.

**j. O Senhor José Furtado**

No uso da palavra, o Senhor José Furtado começou por lançar um alerta aos moradores de Entrecampos. Referiu que toda a sua vida viveu na zona das Avenidas Novas, e em tempos na Duque d'Ávila, quando a reformularam, perderam-se 500 lugares, que nunca foram recuperados. Disse ainda que se estava a fazer estacionamento para quem vinha de fora e não para quem vivia na cidade.

De seguida, afirmou que o que está previsto para escritórios é perfeitamente exagerado, dando novamente o exemplo da Duque d'Ávila em que os prédios de escritórios estão a ser convertidos em habitação.

A terminar referiu que o vídeo que a Câmara mostrou não foi feito com o ruído real, pois aquela é uma zona de aproximação ao Aeroporto. Numa altura em que o aeroporto e o número de voos estão em crescimento, referiu que se tem de ter em atenção o facto de se fazer habitação e centros geriátricos com aviões a passar por cima.

**4) Intervenções dos Deputados Municipais**

(PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV, PAN, IND)

Os Grupos Municipais do MPT e do PPM não apresentaram qualquer declaração reservando a sua posição para momento posterior.

**a. Deputado Municipal Jorge Marques (PS)**

Iniciou a intervenção salientando que a Audição Pública sobre a Operação Integrada de Entrecampos aumenta o escrutínio democrático, permitindo o adequado esclarecimento de dúvidas e a confrontação de opiniões diversas de uma forma construtiva.

Enalteceu a iniciativa do Presidente Fernando Medina e do seu Executivo em propor este projecto, que considerou como a maior operação urbanística que a Cidade conheceu desde a Expo 98, com a clara intenção de solucionar um problema urbano há muito por resolver e de desenvolver as condições necessárias para a existência de uma vida comunitária agradável.



Referiu ainda que os terrenos da antiga Feira Popular, em conjunto com alguns espaços contíguos, serão redesenhados com uma estratégia clara de fuga à mono-funcionalidade, possibilitando que, no mesmo palco, possam interagir variadas funções: habitar, trabalhar e fruir.

Essa diversidade possibilitará uma ocupação constante das ruas ao longo do dia, mas também a interacção entre as pessoas de várias idades e diferentes credos, no desenvolvimento de uma Cidade mais plural e mais inclusiva.

Sublinhou também o facto de se tratar de uma proposta de grande coragem, que assume a responsabilidade de desenhar a Cidade, não deixando essa tarefa para terceiros.

Fez ainda referência ao facto de o projecto possuir uma grande ambição, estando suportado pela segurança do desenho de um arquitecto de larga experiência, o Arquitecto Eduardo Souto Moura, que tem criado, ao longo das últimas décadas, espaços e ambientes de grande eficácia e de grande poética.

Descrevendo a operação, referiu que a mesma irá ocupar um espaço urbano que tem raízes no desenho das Avenidas Novas de Ressano Garcia, mas liberta-se dessa estrutura fechada de quarteirão, proporcionando a criação de novos espaços verdes de uso público, organizando dessa forma uma zona construída de grande permeabilidade e promovendo o desenvolvimento de uma Cidade mais transparente e mais democrata.

Fez referência ao facto da operação ter como núcleo fundamental os antigos terrenos da Feira Popular, local de grande movimento e exposição, que faz desta zona um local particularmente interessante para a instalação de espaços comerciais e de escritórios e que os usos habitacionais e equipamentos sociais estão previstos em zonas de maior recato, entre a Rua Álvaro Pais e a Avenida das Forças Armadas, desenhando assim uma Cidade multifuncional, diversa e inclusiva, mas que encontra o espaço certo para a função que lhe está adequada.

Considerou que se trata de uma operação com grandes benefícios para a Cidade, dos quais realçou o forte ganho em áreas verdes, de fruição pública, num valor total de aproximadamente 24.700 metros quadrados.

Referiu que Lisboa é hoje uma Cidade com forte poder de atracção, o qual pode e deve ser rentabilizado a favor dos seus habitantes, sendo claramente uma boa notícia a criação do novo centro de escritórios e a criação global de aproximadamente 15 mil novos postos de trabalho.

Fez ainda referência ao facto de Lisboa não ter na actualidade, capacidade para acomodar os muitos que nela têm desejo de habitar, situação de graves consequências para os mais fragilizados economicamente, mas também para a classe média e que este

problema encontra na Operação Integrada de Entrecampo respostas, através da possibilidade de acomodar 2 mil novos residentes, os quais encontrarão o seu lugar em Lisboa, com a construção e reconversão de aproximadamente 979 novos fogos.

Concluiu a intervenção referindo que o desenvolvimento da operação Integrada de Entrecampos possui grande interesse para a Cidade, acreditando que, em conjunto, os lisboetas serão capazes de discutir e valorizar as propostas apresentadas, desenvolvendo condições para reactivar uma zona fundamental da Cidade e criando assim uma Lisboa mais dinâmica, mais inclusiva e mais solidária.

**b. Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**

Iniciou a intervenção dando os parabéns pela iniciativa da Assembleia Municipal e pela disponibilidade do Senhor Vereador.

Considerou que a reflexão e o debate sobre intervenções com impacto a nível da Cidade são a razão de ser da própria Assembleia e, sobretudo, a razão de ser também por um maior envolvimento da comunidade, na participação e discussão desses mesmos projectos.

Referiu que o PSD tem obviamente uma posição de perfeita concordância com a necessidade de reabilitar, aquele espaço, durante muitos anos expectante e sem qualquer solução, que apresenta constantemente um acumular de problemas para a vivência da Cidade e alguns problemas na ordem da salubridade.

Apresentou em seguida algumas dúvidas e reservas sobre a forma como a própria intervenção é apresentada, referindo-se ao facto de ser apresentado um plano integrado, que não abrange apenas os terrenos da Feira Popular, mas também um conjunto de lotes com os quais em algumas situações nem sequer existe continuidade territorial, sublinhando o facto do plano integrado não ter qualquer tipo de enquadramento jurídico.

Questionou assim sobre quais os instrumentos legais que irão vincular as intervenções, por exemplo, em termos de calendarização da proposta uma vez que tal como está apresentado o estudo, este não impede que um lote não venha a ser desenvolvido, vendido e construído, independentemente dos restantes, em contradição com o carácter dito integrado da operação.

Sublinhou o facto da operação pode ser desenvolvida em várias fases, aleatórias, sem garantir que a necessidade e usufruto do próprio espaço, esteja assegurado pelo normal desenvolvimento de um plano coerente.

Referindo-se em concreto ao conteúdo da operação, constatou que a densificação do espaço também não se encontra devidamente justificada em termos urbanísticos, nem em termos de impacto para a zona, havendo uma questão incontornável que é a opção em ter uma unidade de execução ao invés de ter, por exemplo, um Plano de Pormenor.

Referiu que este facto transforma inevitavelmente algumas das questões mais básicas de enquadramento e densificação urbanística, em concreto o facto de a Câmara apresentar cerca de mil fracções para ocupação e para habitação, o que, tendo em conta aquilo que são os números que o próprio PDM que rege a unidade de execução confere para aquela zona, será muito superior aos 400 estimados de acordo com o PDM e os índices que estão identificados.

Demonstrou ainda preocupação com a concentração que está prevista no âmbito daquilo que é a densificação da própria população e com o facto de não existirem qualquer tipo de equipamentos que contemplem soluções para essa mesma densificação.

Referiu o aumento significativo previsto da população, das actividades de comércio e de serviços, sublinhando por exemplo, a falta do Centro de Saúde, de escolas previstas, e de um conjunto de outros equipamentos que assegurariam que, para além da requalificação do espaço, temos também a qualidade de vida que é expectável à comunidade que depois a vier ocupar.

Outra das preocupações apontadas diz também respeito, por exemplo, à existência de um estudo relativamente às questões relativas à mobilidade, sendo aquele, de facto, um elemento de charneira e que vai inevitavelmente ter não só uma maior massificação do ponto de vista da sua ocupação, mas também de uma maior afluência de tráfego automóvel, não sendo claras quais são as dimensões que deveriam estar previstas e contempladas para as necessidades efectivas.

Referência também para o facto de estarmos em presença de uma área habitualmente afectada por inundações, havendo a dúvida sobre quais as medidas que estão efectivamente tomadas para obstar e não agravar esta situação.

Questionou ainda sobre o modelo que a Câmara está a pensar introduzir, quais os lotes destinados a renda de habitação a custos controlados e como será feito o acesso a essa mesma habitação.

Concluiu, referindo que subsiste um sem número de questões adicionais que, inevitavelmente necessitam de esclarecimentos de forma a possibilitar a tomada de uma posição definitiva sobre a matéria.

**c. Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)**

Iniciou a intervenção considerando da maior relevância a realização da audição, dada a dimensão e a importância do projecto em discussão, destacando o valor de todas as opiniões de cidadãos que considerou certamente irão enriquecer bastante o debate.

Reiterou a valorização de alguns aspectos do projecto, nomeadamente a criação de zonas verdes tão importantes para a Cidade, a inclusão de equipamentos sociais, as creches, os jardins-de-infância, a unidade de cuidados continuados, o centro de dia, o lar, os serviços de apoio domiciliário, os equipamentos culturais e, naturalmente, estando a habitação na ordem do dia em Lisboa, os fogos que serão disponibilizados, ao abrigo do programa da Câmara Municipal de Lisboa, de arrendamento a custos acessíveis (PACA).

Seguidamente expressou algumas das cautelas e preocupações sobre a operação em discussão.

A primeira relativa à disponibilização da informação, referindo-se ao facto da publicitação efectuada dar a ideia que a audição seria sobre o futuro dos terrenos da Feira Popular e da Álvaro Pais, a zona da iniciativa privada e não sobre a Operação Integrada de Entrecampos, sublinhando que há um conjunto de informações adiantadas, mas que quase nada ou muito pouco se sabe do restante que faz parte desta Operação Integrada.

Relativamente à operação em concreto deixou algumas questões sobre o que foi dado a conhecer do projecto: os fogos a construir nas Forças Armadas destinadas ao programa de arrendamento a custos acessíveis, terão que dimensões e quais as tipologias? Considerando estes fogos importantes, mesmo representando uma gota de água na resolução do problema da habitação na Cidade, seria fundamental perceber o que existirá de facto, que fogos são e para quantas pessoas.

Relativamente aos equipamentos sociais previstos, sendo público que serão geridos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, considerou essencial saber a quantos utentes se destinam e quando estarão em funcionamento.

Sobre o modelo apresentado, questionou sobre a implementação do modelo de financiamento e qual o faseamento previsto.

Considerou ainda insuficiente para a preservação da memória do Teatro Vasco Santana, a criação prevista na unidade de execução de um equipamento cultural sob a forma de sala estúdio.

Reiterou ainda as preocupações deixadas anteriormente em Sessão da Assembleia Municipal de Lisboa, que têm a ver com a criação de uma unidade de execução para um projecto de grande envergadura, aspecto que considerou não ser uma boa notícia, dado o menor escrutínio que toda a operação terá, por comparação com outras obras da Cidade.

Concluiu, referindo que quanto à Cidade que irá ser criada neste espaço em Entrecampos, pensa que deverá ser uma construção inclusiva e aberta, e não exclusiva, para não se cair numa acentuação da gentrificação, considerando que numa Cidade que cria e perpetua patamares diferentes e nada unitários, é absolutamente, essencial que o objectivo de requalificação daquele espaço seja também uma oportunidade para criar mais e melhor Cidade para todos.

**d. Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**

Começou a intervenção saudando a presença de todos e sublinhando o facto da proposta de realização de Audição Pública apresentada pelo CDS ter sido aprovada por unanimidade das forças políticas da AML.

Lamentou que o período de discussão da consulta pública aprovado pela Câmara e em curso à data, ter sido ter o período mínimo de 20 dias previsto no PDM, facto que motivou a apresentação da proposta de realização da Audição Pública por considerar escasso o período em que a população e as entidades que representam a população de Lisboa podem intervir.

Sobre a Operação Integrada, reafirmou que ela se constitui como a maior intervenção urbanística na Cidade, no após Expo 98.

Fez ainda referência ao facto da designada “Operação Integrada de Entrecampos”, ter essa designação, que não representa nada em si, por não ser uma figura legal existente nos instrumentos de gestão territorial.

Apontou a existência de diversas figuras que coexistem na “Operação Integrada”, operações de loteamento, a unidade de execução e uma operação urbanística, referindo que no entender do CDS consideram que isso também é feito para justificar algumas trocas e ausências de equipamentos e cedências que os instrumentos de gestão territorial, se fossem devidamente aplicados numa outra perspectiva mais correta, implicariam.

A Operação Integrada de Entrecampos vem dar resposta a uma chaga urbana existente, um buraco no centro da Cidade que importa resolver, mas passa também por uma acção maquilhada, não de engenharia urbanística, mas de serralharia urbanística.

Continuou a intervenção sublinhando as diferenças entre a proposta que o PS, a Câmara, o Executivo apresentou e a proposta que o CDS também apresentou em Câmara.

Em primeiro lugar referiu que em 2015 o CDS colocou várias reservas quanto a uma hasta pública para todo aquele terreno e isso veio-se a confirmar, obrigando a Câmara a



voltar atrás por a hasta ter ficado deserta, sendo agora proposta uma divisão em lotes dos terrenos da Feira Popular.

Assinalou a seguir a grande diferença de posições no que diz respeito ao equilíbrio que consideram importante, ao nível dos usos.

Consideram que esta zona dos terrenos da Feira Popular devia ter 70% de habitação e 30% de comércio e serviços, por ser aquilo que faz falta à Cidade e que o que a Câmara apresenta é exactamente o inverso, negando assim o próprio exemplo que a Câmara usa muitas vezes, que é o Parque das Nações.

Referiu ainda que por outro lado, esta opção da Câmara também contraria aquilo que é a deliberação tomada pela Assembleia de Freguesia das Avenidas Novas, Freguesia onde se encontram estes vários terrenos e contraria também os objectivos que estão previsto no PDM, na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão número quatro.

Salientou ainda o facto de mais à frente a Assembleia Municipal vir a ser confrontada com cinco hastas públicas que a Câmara vai efectuar, sem que haja um Regulamento Municipal do Património, tantas vezes e há vários anos pedido.

Referindo-se a alguns pontos concretos da operação salientou o facto da habitação prevista de venda livre nos terrenos da Feira Popular, 279 fogos, representarem em si, apenas 16% de habitação face ao restante que é todo para comércio e serviços,

Referiu ainda como positivo as 122 fracções que foram protocoladas com a Segurança Social e que se estendem até ao Saldanha, questionando contudo os 62 fogos previstos em terreno da Santa Casa por deixarem cair uma residência universitária importante.

Com essa entrega à Câmara tendo em conta a proximidade da Cidade Universitária, que é o principal pólo estudantil da Cidade, onde estudam mil alunos que vêm de fora de Lisboa, e o facto de esta zona da Cidade ser uma zona consolidada e, portanto, não ter terrenos disponíveis para nova construção de residências, questionou qual a oferta de residências universitárias que podemos prometer na cidade de Lisboa?

Sublinhou o facto de ser apresentada como novidade a construção de mais 515 fogos pela Câmara em Entrecampos, mas tal facto não corresponder plenamente à verdade por alguns deles não serem verdadeiramente “novos”, por já estarem previstos no Projecto inicial da EPUL para a Praça de Entrecampos de que é exemplo o lote 7 do Alvará 8/2005, mais tarde aditado para serviços e agora de volta ao uso inicial.

Sobre os índices de edificabilidade, referiu que é pública a diferente leitura do CDS-PP, que é a aplicação do Regime Jurídico dos instrumentos de gestão territorial, tendo em conta que a Operação Integrada de Entrecampos não é instrumento de gestão territorial



não considerando na totalidade aquilo que são as áreas líquidas e parcelas registando-se portanto um aumento brutal de edificabilidade.

Em relação aos equipamentos previstos, questionam ainda a Câmara sobre que instrumentos a Câmara utiliza para, face ao índice de edificabilidade nos terrenos da Feira Popular para onde propõe uma unidade de execução, preveja a cedência de equipamentos fora da mesma, ou seja na operação de loteamento das Forças Armadas.

Sobre este aspecto em concreto recordou que a Assembleia Municipal deliberou em 2015 e a Câmara concordou, que os 12 mil metros quadrados dos terrenos da Álvaro Pais junto da linha do comboio seriam para equipamentos, apresentando agora uma zona de equipamentos na zona da Praça de Entrecampos, onde na realidade já estavam previstos equipamentos desde o projecto inicial da EPUL.

O que é importante saber é a nível de metros quadrados de equipamentos, qual é a mais-valia, qual é o ganho que a cidade tem com a Operação de Entrecampos.

Ainda relativamente a uma matéria que tem a ver com a sustentabilidade ambiental e o combate às alterações climáticas, referiu-se às dúvidas relativamente à aposta de construir edifícios em vidro numa cidade com o clima de Lisboa, saudando no entanto a construção de um espaço amplo verde.

Questionou ainda sobre a aplicação de boas práticas de sustentabilidade nomeadamente como foi feito no Parque das Nações, prevendo a criação de bacias de retenção e cisternas e também o aproveitamento das águas pluviais para rega tendo em consideração que a água potável vai ser um recurso muito escasso e, portanto, o espaço público, especialmente o verde é o primeiro a sofrer cortes nesses momentos.

Expressou ainda dúvidas em relação ao esquema geral de mobilidade previsto para fazer face aos 14 ou 15 mil novos empregos, nomeadamente sobre o prolongamento da Rua da Cruz Vermelha que vai estrangular na ligação com a Avenida da República só com uma faixa de rodagem no sentido da República.

Considera que ao nível do estacionamento, parece muito pouco para tudo aquilo que é a operação, e ao nível de transportes, referiu-se ao facto da REFER ter dito que o Interface de Entrecampos está subdimensionado questionando sobre a existência de pareceres do Metro e da REFER.

Última referencia para a necessidade de ser conhecido o estudo de tráfego que suporta a operação que considera necessário.

Terminou referindo que teria mais questões que o tempo disponível não permite apresentar, agradecendo novamente a presença de todos.

**e. Deputado Municipal Rui Costa (BE)**

Iniciou a intervenção enaltecendo o contributo da Assembleia Municipal para a participação cidadã e assinalou a importância de participação em curso sobre um projecto com uma dimensão e relevância desta natureza.

Referiu que o projecto em discussão está a ser elaborado e discutido em moldes que não garantem a normalidade daquilo que são os direitos de participação, de cidadania, por não estar a ser desenvolvido no âmbito de um instrumento jurídico de ordenamento do território, sublinhando a existência de uma unidade de execução que dispensa a discussão pública e a presença da Assembleia Municipal.

Considerando a delimitação da unidade de execução e os respectivos termos de referência, instrumental, enalteceu a existência do debate sobre a solução apresentada, que pretende resolver antes de mais um problema urbanístico de longa data na Cidade, mas sublinhou a importância que da resolução desse problema não resulte, nunca, o acréscimo de outros problemas.

Sobre as preocupações do público que participou referiu as preocupações manifestadas essencialmente no aspecto do tráfego e estacionamento.

Esclareceu no entanto que a principal preocupação do Bloco de Esquerda é com o transporte público, e com a previsão dos investimentos a serem feitos em matéria de reforço da qualidade, e quantidade dos transportes públicos, para fazer às mais de 15 mil pessoas para aquele espaço, porque é essa a perspectiva de criação de emprego anunciada, é bom, porque a manter-se a situação actual, acontecerão problemas sérios ao nível da mobilidade e da saturação dos Interfaces presentes, designadamente do Interface de Entrecampos.

Quanto à solução para os terrenos da Feira Popular considerou que o que é agora proposto é na realidade o mesmo projecto e as mesmas intenções da hasta pública de 2015, com um acrescento que não é feito no terreno ou nas parcelas a alienar, mas noutras localizações adjacentes.

Dáí considerar que esta estratégia integrada se trata de um “embrulho” com alguns aspectos positivos, como seja o Programa Renda Acessível de promoção pública, o pilar público, previsto nas grandes Opções do Plano e não qualquer outro tipo de denominação que se dê a esse programa, que é um programa que procura resolver e solucionar alguns problemas, de habitação na Cidade, e mais alguns equipamentos sociais dos quais a Cidade tem também falta.

Apontou contudo a existência de um problema que diz respeito ao financiamento e respectivo modelo, aspecto fundamental para evitar disparates e asneiras do passado sobre estes terrenos, apontando os 110 milhões despendidos em 2014, que poderão vir ser acrescidos em 350 milhões em virtude de um acordo arbitral que se fez.

Concluiu aconselhando todas as cautelas na discussão da operação integrada, na certeza, de que toda a participação é pouca e esclarecendo que da parte do Bloco de Esquerda, a posição política não está fechada, por considerar necessária mais participação.

#### **f. Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**

Relativamente à audição pública sobre a Operação Integrada de Entrecampos, começou por destacar a importância da Assembleia Municipal promover a auscultação, face à enorme relevância e aos impactos que um projecto de grande envergadura terá em toda a cidade e, em particular, na área envolvente da antiga Feira Popular, criando condições para a participação efectiva dos cidadãos.

Sublinhou as declarações do Presidente da Câmara à comunicação social onde foi referido que, com base nos contributos resultantes do período de discussão pública, “o projecto pode ser melhorado”, assinalando o facto de se estar a discutir um mero anteprojecto.

Esclareceu que o PEV considera positivo que a proposta esteja em discussão pública, mas face à dimensão e impactos do projecto, 20 dias úteis não são suficientes para promover um debate alargado e a recolha de contributos, questionando a CML sobre a natureza do prazo considerado.

Esclareceu que, no entendimento do PEV, após a discussão pública, deverá ser elaborado um “Plano de Pormenor de Entrecampos” para a globalidade da área que se pretende que venha a ser objecto de uma intervenção urbanística profunda, pois tal garantirá maior transparência com a pronúncia de diversas entidades, tal como a CCDR-LVT; a Infra-estruturas de Portugal que gere a Estação Central de Entrecampos; a CP, a Fertagus e o Metropolitano de Lisboa que, enquanto operadores de transporte, suportarão enormes impactos relacionados com o aumento dos fluxos de passageiros, como resultado do incremento da actividade económica nesta zona da cidade, alertando para a inexistência de um estudo sobre esta matéria.

Questionou a Câmara sobre a possibilidade de elaborar um Plano de Pormenor.

Sobre o terreno da antiga Feira Popular salientou que o mesmo não terá uma única habitação de renda acessível, uma vez que será destinado apenas a edifícios de serviços

e escritórios “de enorme dimensão e que se pretende que seja uma montra da Lisboa Moderna”, tal como referiu o Senhor Presidente da Câmara à imprensa, e ainda que 279 habitações estão destinadas a venda livre no mercado.

Referiu que consideram excessiva a volumetria dos edifícios previstos para este terreno, e que a área permeabilizada será profundamente afectada com a construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

Sublinhou a necessidade de reforço da oferta de transportes públicos colectivos e de parques dissuasores nas entradas da cidade, minimizando os impactos negativos associados ao aumento de tráfego nesta zona e contrariando o aumento de automóveis em Lisboa, tendo em conta os objectivos ambientais e de qualidade de vida que a cidade deve concretizar.

Não obstante, reconheceu como positivo o facto de finalmente se conseguir dar destino aos terrenos da antiga Feira Popular, que nos últimos anos foram usados para entulho.

Como aspectos positivos referiu a criação de equipamentos sociais previstos e de espaços verdes e também os cerca de 700 fogos de habitação de renda acessível na área envolvente a este terreno, apesar de a Câmara apenas ser responsável por construir 515 desses fogos, sendo a primeira operação ao abrigo do Programa de Arrendamento a Custos Acessíveis (PACA), um aspecto claramente positivo que apesar de não resolver os problemas de habitação da cidade, é um contributo que importa alargar a outras zonas da cidade.

Alertou também para o perigo de se poder agudizar o fenómeno da gentrificação neste território, não se podendo permitir criar neste espaço uma cidade apenas para alguns, dentro de uma cidade que se quer para todos.

Em suma e no entendimento de Os Verdes, esta proposta procura dar resposta a vários problemas mas, por outro lado, há questões sobre as quais subsistem algumas reservas, nomeadamente quanto aos equipamentos sociais que, nem sempre são executados e ficam muitas vezes apenas no papel, as áreas de espaços verdes e de fruição pública, a viabilidade financeira, uma vez que o método de financiamento ainda está a ser equacionado e o destino a dar ao Teatro Vasco Santana, cuja memória deverá ser preservada.

Terminou destacando o facto de decorrer ainda na justiça o processo de indemnização à Bragaparkes, resultado da permuta de terrenos do Parque Mayer e de Entrecampos processo que, lembrou, em 2005, teve os votos contra de Os Verdes.

Concluiu a intervenção questionando sobre o impacto que uma eventual decisão a obrigar a Câmara a pagar uma indemnização milionária, terá neste projecto e no que está previsto implementar, ou até nos prazos de implementação.

**g. Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**

Iniciou a intervenção referindo-se ao início do Programa de Renda Acessível, na Rua de São Lázaro e na Rua Gomes Freire e à previsão de mais 700 fogos, não todos da iniciativa da Câmara.

Sublinhou o facto de estes fogos serem uma gota de água nas necessidades da Cidade, referindo no entanto, que se forem um bom começo, com certeza que será uma tarefa positiva.

Enalteceu a Câmara, pela iniciativa, referindo no entanto, alguns aspectos de preocupação, nomeadamente relativamente aos terrenos de Entrecampos, e ao facto de os mesmos terem sido tratados como uma fonte milionária para a Câmara desde a hasta pública, das várias possibilidades que têm aparecido.

Questionou sobre a viabilidade e adequação do modelo e a divisão de áreas prevista para os terrenos.

Sublinhou as intervenções dos vários cidadãos a manifestarem que nas suas zonas estão a converter escritórios em habitação, questionando se é mais escritórios que Lisboa precisa ou se será mais habitação e se faz mais habitação de renda acessível porque se está à espera de fazer um grande encaixe em termos de habitação de mercado, devendo ser ponderado este aspecto.

Relativamente à possibilidade de criação de mais 15 mil postos de trabalho questionou que tipo de serviços, que tipo de lojas é que estão previstas para esta zona? Será uma zona como a Avenida da República, Campo Pequeno, Avenida de Berna? Questionou se todas estas zonas circundantes já não têm comércio e espaço de loja suficiente?

Questionou ainda a viabilidade da uma área considerável para escritórios sugerindo que a Câmara deveria considerar em tomar, pelo menos uma parte destas áreas, e convertê-las também em zonas de construção do Programa de Renda Acessível.

Considera que é isso que Lisboa está a precisar e quanto mais depressa esse Programa for para a frente, de forma concreta, melhor.

Levantou ainda questões relativamente ao facto de as imagens dos edifícios de vidro transparente apresentados no vídeo, estarem aparentemente em contradição com os



objectivos do programa para adaptação às alterações climáticas, sem quaisquer telhados ajardinados ou profusão de plantas a escorrer pelos edifícios, solicitando esclarecimentos ao Senhor Vereador sobre a natureza dos edifícios em causa, se representam apenas a volumetria ou uma verdadeira solução arquitectónica.

Relativamente à construção considerou que seria interessante que os edifícios tivessem características de arquitectura bioclimática, porque de outra forma se está a promover construção com níveis de consumo de energia claramente excessiva.

Finalizou referindo que existe um conjunto de questões que se encontra ainda em aberto, e que a promoção de uma unidade de execução não vem ajudar a que estes problemas sejam transparentemente resolvidos, apelando portanto, para que estes assuntos sejam considerados, nomeadamente a questão da unidade de execução e terminou congratulando a 1ª e 3ª Comissões e a própria Assembleia, pelo modelo de abertura das Comissões ao público.

#### **h. Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**

Iniciou a intervenção saudando em nome dos Deputados Municipais Independentes Cidadãos Por Lisboa a iniciativa da Câmara pela Operação Integrada de Entrecampos, por considerarem uma intervenção oportuna num local que necessitava de uma intervenção, saudando ainda a Assembleia Municipal de Lisboa pela realização da audição pública, instrumento que consideram de extrema importância e até inovação na discussão destas matérias.

Ressaltou alguns pontos particulares da operação integrada, nomeadamente a aposta no Programa de Renda Acessível, que é um programa com uma forte componente de iniciativa pública e particularmente pelos 700 fogos de habitação a renda acessível, que se constitui como uma parte basilar deste programa dando alicerce a toda esta operação.

Outro aspecto importante diz respeito ao facto de ser um programa com uma significativa qualidade urbanística, não só pela sua alta percentagem de espaço público, mais de 60%, mas também por conter uma quantidade significativa de espaço verde permeável aspecto que representa o que será um projecto de uma nova centralidade para Lisboa.

Referiu-se igualmente ao equilíbrio dos usos propostos e particularmente do mix que se propõe entre escritórios, comércio, serviços e habitação, considerando ser também ser uma boa escolha para a localização em causa.

Alertou ainda para uma problemática paralela, e que estava a subjacente à própria intervenção que já estava a ser feita no local, relativamente às residências de estudantes que não estão incluídas neste programa, mas que provavelmente deveriam também ser



tidas em conta no futuro desenvolvimento urbanístico desta zona, porque considerar necessário, colmatar esse défice que existe nesta zona, se não for neste plano deverá ser provavelmente na mesma zona em futuras intervenções a levar a efeito.

Ressaltou ainda a aposta feita a nível da programação de equipamentos, como, por exemplo, nos equipamentos de apoio à infância, creche, jardim-de-infância ou de apoio ao envelhecimento e saúde nas unidades de cuidados continuados, questionando contudo se os equipamentos referidos nesta Operação Integrada de Entrecampos estão dimensionados para a nova zona a criar e para a sua envolvente.

A nível da gestão dos equipamentos, questionou se o aumento de aproximadamente 1.200 novos utentes ainda que não justifique claramente a construção de um novo centro de saúde, poderá levar à reprogramação dos existentes no âmbito da revisão da Carta dos Equipamentos de Saúde, em elaboração, que virá previsivelmente a substituir a aprovada pela Assembleia Municipal em 2009.

Referindo-se às questões levantadas pelos munícipes que intervieram na Sessão, solicitou o esclarecimento sobre a questão do dimensionamento do estacionamento, se esse dimensionamento é feito nos termos do PDM e portanto se resume a apenas um estacionamento por fogo.

Ressaltou ainda a necessidade de esclarecimento quanto à existência ou não de um estudo de tráfego associado aos termos de referência da operação bem como à omissão dos mesmos relativamente a outros indicadores importantes, a saber os índices de edificabilidade das parcelas A e C, que nas páginas 30 e 31 ou 33 e 35, apenas vem indicado, um índice edificabilidade de 2,0 da área B, majorado ao abrigo do Artigo 60 - nº 3, alínea f) do PDM.

Concluiu solicitando que a Câmara apresente os cálculos em forma de quadro-resumo no âmbito da 3ª Comissão, esclarecendo os indicadores em falta atrás referidos, assim como quanto às fórmulas de cálculo subjacentes à programação dos equipamentos, aos índices de edificabilidade, aos parâmetros de dimensionamento do estacionamento e acima de tudo o estudo de tráfego, que parece estar em falta.

## **5) Respostas da Câmara às intervenções do público e dos Grupos Políticos Municipais**

No uso da palavra, o vereador Manuel Salgado começou por esclarecer que neste momento estão a decorrer três discussões públicas em simultâneo, duas delas obrigatórias por lei.

A primeira decorrente da unidade de execução, porque o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT), que consagra a figura da unidade de execução do Plano Director Municipal, tem obrigatoriamente um período de discussão pública de 20 dias úteis.

A segunda decorrente da operação de loteamento, uma vez que o regime jurídico dos instrumentos de urbanização e edificação (RJUE), estabelece a obrigatoriedade dos loteamentos terem consulta pública, e a terceira está a decorrer por iniciativa da Câmara, porque a figura de Operação Integrada não é consagrada na legislação urbanística.

A câmara podia ter-lhe atribuído outro nome. O que está em causa é a ligação de várias operações urbanísticas em conjunto, umas ao abrigo do RJUE, outras ao abrigo do RJGT.

Esclareceu ainda que o ponto de partida resulta de uma proposta que foi consensualizada em Câmara e nesta Assembleia Municipal, em 2015, para ocupação dos terrenos, que fixou a edificabilidade em aproximadamente 143.700m<sup>2</sup>, cumprindo todas as regras de edificabilidade que o Plano Director estabelece, nomeadamente 30% solo permeável como mínimo e mais de 50% de espaço público livre.

Confirmou ainda a afectação do uso terciário a habitação no loteamento das Forças Armadas como foi referido pelo Deputado Diogo Moura.

Relativamente à questão da habitação, o Programa de Renda Acessível é um programa de arrendamento de habitação, em que o arrendamento é feito não em função dos valores de mercado e do custo da construção, mas sim através do rendimento dos agregados familiares, fixando que essa renda não deve ultrapassar 30% da taxa de esforço do agregado.

Quando a Câmara começou a desenvolver o Programa de Renda Acessível, desenvolveu-o num modelo de parceria com os privados, ou seja, o privado desenvolve parte do programa, fica com uma percentagem dos fogos a construir e a restante é colocada no mercado de arrendamento nas condições referidas e ao fim de um determinado número de anos, o património reverte para o Município.

O acordo, estabelecido no início do mandato, com o Bloco de Esquerda define que, parte deste programa seja feito por construção de iniciativa municipal e que coloque no mercado de arrendamento a sua integralidade. Posteriormente foi aprovado em Câmara Municipal, por unanimidade, um programa do mesmo tipo proposto pelo Partido Comunista Português, e que designou por PACA. Neste momento temos duas vertentes do Programa de Renda Acessível, uma que envolve privados e outra exclusiva da Câmara.

Antes de entrar nas respostas às questões colocadas, esclareceu que em 1990 participou num estudo sobre a caracterização dos escritórios na cidade de Lisboa e que na altura concluiu-se que havia seiscentos mil metros quadrados de edifícios de habitação que estavam ocupados por escritórios. Quando surgiram os parques empresariais na periferia, muitas empresas abandonaram a cidade. Só após a Expo 98, à volta da Estação do Oriente, é que se desenvolveu o maior programa de escritórios na cidade, pelo facto de ter uma acessibilidade muito boa.

Recordou, ainda, que quando foi feito o Programa Local de Habitação, uma das razões fundamentais que as pessoas colocavam para a escolha da sua habitação era a proximidade ao local de emprego. Continuar a ter o emprego fora de Lisboa é o mesmo que dizer, vamos ter as pessoas a sair de Lisboa, isto pode parecer um paradoxo, mas nós temos que ter emprego em Lisboa para que as pessoas se fixem em Lisboa.

A cidade tem uma procura muito grande de espaços para escritórios de empresas que se querem instalar em Lisboa e não conseguem espaços com mais de cinco mil metros quadrados de escritório, da nova geração, que são escritórios que devem ter cerca de mil e quinhentos metros quadrados por piso, que sejam facilmente ligáveis, para que não seja necessário estar a recorrer sempre ao elevador e que sejam energeticamente eficientes. É este o modelo de escritórios que a Câmara deve fazer em Lisboa e, para isso, tem que tomar a iniciativa de propor terrenos para que eles se construam.

Esclareceu que o edifício mais alto terá a altura do edifício da esquina da Rotunda de Entrecampos, que é definida pelo cone de aproximação ao Aeroporto. A construção deve obedecer a um conjunto de regras de sustentabilidade ambiental, que estão identificadas nos termos de referência e que são impostas obrigatoriamente às construções que se vierem a fazer.

Quanto às questões colocadas, o vereador esclareceu que o Programa prevê a construção de creches e jardim-de-infância, dimensionados não só a pensar nas pessoas que residem ou que vão residir para esta zona, mas também nas pessoas que vêm trabalhar e que podem pretender trazer os filhos para a creche neste local. Em relação a outros equipamentos, o protocolo celebrado com a Santa Casa da Misericórdia, prevê a sua construção.

Relativamente ao investimento a realizar, a estimativa aponta para cerca de sessenta e três milhões de investimento público. Quanto à programação, a Câmara está neste momento a iniciar os projectos dos edifícios de habitação, está a fazer o programa para lançar o concurso para os projectos do equipamento intergeracional e está a iniciar os projectos das infra-estruturas, que serão um encargo do Município. É intenção começar a ter edifícios de habitação concluídos no terceiro trimestre de 2021.

O estacionamento é efectivamente um problema crítico, é necessário ter esta consciência e procurar encontrar um equilíbrio, pois esta zona é servida por transportes públicos de muito boa qualidade e com perspectiva de melhorarem significativamente. Há projectos do Metropolitano de Lisboa e obras que se prevêem que se iniciem no próximo ano. Há projectos de alargamento da rede de transportes na área metropolitana, que estão em cima da mesa e que estão a ser trabalhados e que vão melhorar ainda a acessibilidade a esta zona da Cidade. O estudo de tráfego já realizado está disponível no site - [http://www.cm-](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/loteamento/15URB2018/Estudo_de_Tr%C3%A1fego.pdf)

[lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/loteamento/15URB2018/Estudo\\_de\\_Tr%C3%A1fego.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/loteamento/15URB2018/Estudo_de_Tr%C3%A1fego.pdf) - como elemento complementar à operação de loteamento e está a ser aperfeiçoado pela Direcção Municipal de Mobilidade e Tráfego.

O loteamento das Forças Armadas prevê quinhentos e quarenta lugares de estacionamento público no total, e temos a dotação global calculada não nos mínimos do PDM, mas à volta dos mínimos do plano director, porque a questão é esta, é que se aumentamos a oferta de estacionamento, esta zona da cidade que já está congestionada, mais congestionada ficará. Há um equilíbrio que se tem que estabelecer e pesar muito bem, uma coisa é a oferta de estacionamento para residentes, outra é a oferta de estacionamento para quem vem de fora.

Quanto à questão da segurança manifestada por alguns munícipes, que temem que o Programa de Renda Acessível agrave a segurança nesta zona da cidade, o vereador Manuel Salgado referiu que neste momento a taxa de esforço para arrendamento de habitação em Lisboa é muito elevada, muito acima do que prevê este Programa em que o máximo é 30% do rendimento familiar. Percebe a preocupação dos munícipes pois o Bairro de Santos, concretamente a zona do Gemini, tem sido muito martirizado, mas a verdade, é que temos que criar condições para que se possa viver em Lisboa e isso passa por ter rendas acessíveis para uma larga maioria da população, com características de qualidade que é exigível.

Relativamente à questão do centro de saúde, foi referido pelo vereador que a carta de saúde de Lisboa está a ser concluída, mas considera valer a pena pensar no assunto. A carta de saúde prevê um conjunto de novos centros de saúde que estão a ser projectados, cuja construção terá início entre este ano e o início do ano que vem. Estão previstos dois centros de saúde que servem parte da zona objecto da intervenção, um

que vai aliviar o Centro de Saúde de Sete-Rios que é de São Domingos de Benfica e o outro é o do Areeiro, o que está dentro da lógica normal que é solicitada.

Em resposta à questão colocada sobre a construção da residência para estudantes, o vereador deu conhecimento que o programa não está fechado. Para o lote propriedade da Santa Casa estava prevista uma residência para estudantes e apartamentos para colocar no mercado livre. O ora proposto é a afectação do lote a habitação para renda acessível. No entanto, se as partes concluírem que é preferível fazer residência para estudantes em parte do programa no lote da Santa Casa, a residência será construída.

Ainda em relação às residências para estudantes, o vereador informou os presentes que do lado oposto da rua, também na Avenida das Forças Armadas, a antiga cantina está a ser transformada, tendo sido aprovado um projecto para residência de estudantes. Também nas traseiras da Biblioteca Nacional, a Universidade de Lisboa lançou um concurso para uma mega residência de estudantes. A carência de residências para estudantes é grande, e não são estas duas intervenções as suficientes. Um dos edifícios que o Município está a negociar com a Segurança Social, situa-se na Alameda D. Afonso Henriques, em frente ao Técnico. Todo o edifício será destinado a residência de estudantes. É importante a questão da residência para estudantes, mas tem-se que decidir se se justifica fazer mais residências para estudantes, em vez de habitação a renda acessível.

Quanto à recordação da Feira Popular, faz todo o sentido manter a memória, quer pela manutenção das colunas do mercado de gado, quer pela evocação do Teatro Vasco Santana, cujo tema tem que ser ainda aprofundado e todas as sugestões são importantes.

Em relação à mobilidade rodoviária e pedonal, o vereador informou que existem problemas em alguns nós que têm de ser bem resolvidos e que a intervenção prevê o prolongamento da Rua da Cruz Vermelha, para que se possa entrar directamente na lateral ou eixo central da Avenida República. A escada de acesso à galeria do metro será deslocada cerca de dez metros para permitir a construção do arruamento, que vai permitir melhorar a circulação de quem desce a Av. Álvaro Pais e que depois vai pela Av. 5 de Outubro e vira à esquerda, para ir para a Avenida da República.

Quanto ao espaço aéreo, é verdade que Lisboa tem o problema de ter um aeroporto em "cima da cabeça", o ruído é um dos aspectos, a poluição é outro e o risco de um desastre é outro. Há muitos anos que se discute se o aeroporto deve estar dentro ou fora da cidade de Lisboa. A cidade padece de um problema de ruído, resultante da proximidade do Aeroporto, mas não podemos transformar a cidade num espaço verde, sem mais nenhuma construção. A cidade tem que se adaptar e tomar as medidas mitigadoras



necessárias, como foi o parecer negativo que a Câmara deu para a ampliação do horário de funcionamento do Aeroporto.

Concluiu o vereador Manuel Salgado, conforme já referido, que o programa não está fechado, estando a Câmara Municipal de Lisboa disponível para integrar todos os contributos que melhorem a proposta apresentada.

## 6) Recomendações

Em conclusão, pode-se referir que a Audição Pública, organizada pela Assembleia Municipal de Lisboa, sobre a “Operação Integrada de Entrecampos” suscitou bastante interesse junto das pessoas, que apresentaram inúmeras questões, preocupações e propostas em matérias tão diversas como sejam a mobilidade, o estacionamento, a habitação, o urbanismo, a saúde, os espaços verdes ou a segurança.

O mesmo se poderá afirmar relativamente às intervenções das diferentes forças políticas.

Da parte da Câmara Municipal, foram prestados diversos esclarecimentos, tendo no entanto ficado algumas questões por responder.

Recomenda-se assim que:

- a. Os aspectos não esclarecidos pela Câmara Municipal mereçam resposta em sede de relatório de ponderação da Audição Pública;
- b. Que a Câmara Municipal apresente uma calendarização das diversas operações a desenvolver no âmbito da Operação Integrada de Entrecampos;
- c. Que a Câmara Municipal elabore um plano de Mobilidade que permita acomodar as novas utilizações dos solos, designadamente no que respeita ao serviço de transporte público de passageiros em articulação com a Infraestruturas de Portugal, o Metro e a CP;
- d. Que a Câmara Municipal respeite as opções de Plano de adaptação às alterações climáticas no projecto dos espaços públicos e edifícios;
- e. Solicitar que a CML apresente os cálculos em forma de quadro-resumo no âmbito da 3ª Comissão, esclarecendo os indicadores em falta atrás referidos, assim como quanto às fórmulas de cálculo subjacentes à programação dos equipamentos, aos índices de edificabilidade e aos parâmetros de dimensionamento do estacionamento;
- f. Que a Câmara Municipal esclareça, ao nível da gestão dos equipamentos de saúde, se o aumento previsto de aproximadamente 1.200 novos utentes, ainda que



não justifique claramente a construção de um novo centro de saúde, poderá levar à reprogramação dos existentes no âmbito da revisão da Carta dos Equipamentos de Saúde, em elaboração, que virá previsivelmente a substituir a aprovada pela Assembleia Municipal em 2009.

- g. Recomendar que, relativamente à oferta de residências de estudantes universitárias, ainda que não incluídas neste programa, estas sejam tidas em conta no futuro desenvolvimento urbanístico desta zona, em futuras intervenções a levar a efeito pela CML ou outros promotores.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Lisboa, 15 de Junho de 2018,



Miguel Gama

(Presidente da 3ª Comissão e Relator)



Irene Lopes

(Presidente da 1ª Comissão)



Rodrigo Mello Gonçalves

( Relator)